

MOBILIZAÇÕES DOS AFETADOS PELO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO, VALE E BHP BILLITON - UMA ANÁLISE DO SURGIMENTO DO FÓRUM CAPIXABA EM DEFESA DO RIO DOCE

*Cristiana Losekann**
*Arthur Augusto Santos***

◆ INTRODUÇÃO

Logo após a ruptura da barragem de Fundão, com a notícia de que a qualquer momento a lama de rejeitos chegaria ao Espírito Santo causando danos incalculáveis ao Rio Doce e à população que depende dele, começaram a surgir reações de contestação constituindo-se um novo processo de mobilização social. Neste processo, atores tradicionais da sociedade civil no Espírito Santo juntaram-se para se posicionar em confrontação às empresas e aos governos, exigindo providências. Nos locais onde a lama gerou danos também emergiram novos atores e, assim, muitos afetados pelo desastre iniciaram um engajamento na luta pelos seus direitos. Atores nacionais históricos na causa dos atingidos por barragens, como o MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, chegaram ao Espírito Santo intensificando esse processo de mobilização.

Trata-se de um processo em curso, com diversos atores e longe de uma conclusão. Neste artigo temos como objetivo descrever e analisar o surgimento de uma ampla articulação da sociedade civil, parte deste processo de mobilização, qual seja, o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, um conjunto de organizações, atingidos e cidadãos sensibilizados que reagiram ao desastre de forma espontânea criando uma articulação em defesa do rio Doce.

Para a realização deste objetivo executamos um amplo levantamento de dados, com a sistematização de listas de presenças e atas das reuniões do Fórum durante,

* Doutora em Ciência Política e professora da Universidade Federal do Espírito Santo.

** Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo.

sobretudo, seu primeiro ano de funcionamento. Além disso, realizamos observação participante em grande parte das reuniões semanais e nas plenárias ampliadas (atividade que continuamos realizando). Realizamos, também, 7 entrevistas dirigidas com membros fundadores do FCDRD¹. Todo esse material foi reunido de forma a criar uma descrição aprofundada do funcionamento do Fórum. Por se tratar de um processo de ação coletiva ainda muito recente acreditamos que a descrição é por si só valiosa e, também, demonstra a cautela no tratamento de um processo em andamento. Ainda assim, a literatura de movimentos sociais e os recentes estudos sobre ação coletiva em conflitos de mineração foram importantes para a construção de narrativas do processo em questão.

O artigo está estruturado de forma a contar a gênese do Fórum, seus participantes, fatos marcantes e características principais em termos de repertórios e estratégias de ação. Na análise comparativa com outros processos de mobilização observamos aspectos muitos semelhantes, tais como, as estratégias multiescalar e multiatores. Analisamos também as transformações organizacionais do Fórum tendo em vista essas estratégias e interações entre os variados atores e escalas em jogo.

◆ AS ORIGENS DO FÓRUM CAPIXABA EM DEFESA DO RIO DOCE (FCDRD)

O FCDRD constituiu-se como uma articulação de atores que tem atuado em favor dos atingidos pelo desastre socioambiental protagonizado pela mineradora Samarco em 5 de novembro de 2015. Esta articulação surgiu a partir da Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Vitória, com o apoio de mais 80 organizações, que criaram o FCDRD e passaram a se reunir semanalmente para debater as questões relativas ao desastre.

Quando ocorreu este desastre ambiental, de imediato, a CJP o colocou como sua pauta principal. Como se trata de um espaço de denúncia, cobrança e que dialoga com agentes da sociedade civil, imediatamente fizeram uma chamada, convocando as entidades históricas na luta por direitos humanos no Espírito Santo que conversam já há algum tempo. Para eles estava muito claro que a lama de rejeitos chegaria ao ES, mesmo com as promessas de contenção feitas pela empresa e o governo. Portanto, já na

¹ Chamaremos o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce ao longo do texto de FCDRD ou Fórum, como é amplamente chamado pelos seus membros.

semana seguinte ao crime, fizeram o chamado aos apoiadores da causa e, para a surpresa deles, muitas pessoas compareceram.

A primeira reunião foi para ouvir quais eram as perspectivas das outras entidades e falar qual era a intenção da CJP, pois pensavam que qualquer ação da sociedade civil precisava ser uma ação conjunta e unificada. Sabiam que precisavam se mobilizar, porém ainda não faziam ideia de como isso se daria, se seria um ato ou se solicitariam uma audiência pública. Achavam que apareceriam dez ou onze entidades, porém, para a surpresa de todos, a sala ficou muito pequena para as mais de vinte que compareceram, além de diversos ambientalistas e professores universitários sensibilizados e motivados por uma projeção catastrófica do desastre. A partir disso ficou evidente que um ato ou uma ação isolada não bastaria, seria necessário acompanhar o desdobramento com uma abordagem mais ampla e isto só seria possível com a construção de algo permanente. Desta necessidade surgiu o Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do rio Doce (Fórum C.E.D.B. rio Doce), que posteriormente veio a se chamar Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce.

Como ato inaugural de criação e publicização foi redigido um manifesto que sintetizou as discussões tratadas naquela reunião. Este circulou por e-mail para as entidades que estavam ali representadas, com um prazo de dias para que retornassem com alguma sugestão. Nesse tempo, para mais uma surpresa, começaram a surgir cartas de adesão. Em poucos dias da primeira reunião já havia a adesão de 36 entidades. Logo em seguida, 56 entidades. E, finalmente, 72 entidades assinam o manifesto de constituição do FCDRD².

A CJP, desde a década de 1980, tem uma atuação forte junto aos movimentos sociais no Espírito Santo e tem na Igreja Católica umas de suas principais bases. Sua atual comissão, formada em agosto de 2015, por pessoas que atuam há algum tempo na militância dos direitos humanos no Estado, tinha, antes do desastre, como objetivo de planejamento discutir a questão ambiental e o modelo de desenvolvimento no Espírito Santo. Isso devido a encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, onde este buscou refletir sobre o meio ambiente e a pensar nos diversos males que os homens têm causado ao planeta Terra, em virtude da ação descontrolada da atividade humana em busca do progresso econômico.

Por se tratar de um grupo ligado à Arquidiocese de Vitória, a CJP constituiu no FCDRD uma forte conexão com uma moralidade cristã. Assim, aspectos culturais e

² A lista das organizações que assinaram o manifesto inicial está no anexo 1.

biográficos dos atores envolvidos foram cruciais para gerar esse processo de mobilização junto à questão do rio Doce. E, foram também os aspectos culturais e biográficos que caracterizaram a atuação deste Fórum, sobretudo, no primeiro ano de sua atuação.

Além da moralidade cristã expressa na biografia dos seus membros a CJP empresta também ao FCDRD um conjunto de repertórios, entre os quais as práticas que levam a internacionalização das lutas ganham destaque. Esses repertórios são herdados das práticas recorrentes dos processos de contestação empregados pela CJP ao longo de sua luta por direitos humanos, principalmente, no que diz respeito aos mecanismos relacionais e ambientais³ (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001). Quanto aos mecanismos relacionais destaca-se a interação com atores operadores do direito e no que diz respeito aos mecanismos ambientais destaca-se a experiência anterior da CJP na internacionalização das lutas locais por justiça, ou seja, a mudança de escala como estratégia.

Os repertórios podem ser entendidos como as maneiras através das quais as pessoas agem em conjunto na busca de interesses compartilhados (Tilly e Tarrow, 2009), que, por sua vez, podem ser inovados e recriados dentro de cada movimento a partir de seu contexto estrutural e cultural, como também a partir da fluidez relacional dos diversos atores, cada um com sua construção biográfica, envolvidos no processo.

A incorporação da pauta do rio Doce nos diversos eventos que compõem o calendário anual da CJP mostra de forma contundente como este espaço dá visibilidade ao desastre. Não se trata de uma mobilização que começa do zero, ela já possui uma adesão especial da sociedade civil por se tratar de uma organização com muitos participantes reconhecidos pela defesa de direitos humanos localmente. Os eventos realizados por eles têm uma grande adesão de público. A aproximação da igreja com a pauta do desastre no rio Doce emprestará esse público ao FCDRD. Entre os eventos com essas características destacam-se: O Grito dos Excluídos; Campanha da Fraternidade; Marcha pela vida e cidadania.

O FCDRD surgiu como um espaço da sociedade civil democrático, plural e horizontal. Um dos protagonistas deste Fórum comentou em entrevista sobre a surpresa e dificuldade da própria empresa em lidar com a ausência de hierarquia da articulação.

³ McAdam, Tarrow e Tilly definem mecanismos ambientais como as influências à ação coletiva geradas externamente se referem a fatores institucionais, como a percepção de oportunidades políticas e legais, entre outros. Mecanismos relacionais são compreendidos como as conexões entre as pessoas, as quais afetam as individuais.

Segundo este quando a Samarco veio fazer contato direto com o FCDRD, procurava uma figura centralizadora, algo como um presidente que pudesse conversar sem precisar dialogar com os movimentos presentes ou os atingidos.

O posicionamento do FCDRD em relação ao desastre sempre foi claro: o que aconteceu foi um crime causado pela Samarco, Vale e BHP e estas devem ser responsabilizadas. O objetivo central está na recuperação da bacia do Rio Doce, exigindo inicialmente que a empresa fosse autuada para mitigar os danos causados e, continuamente, reivindicando a reparação às famílias atingidas. As estratégias de ação são, principalmente, o monitoramento das ações dos governos, das empresas e dos órgãos públicos competentes e a exigência de reparos com participação dos atingidos em sua elaboração. Na visão de uma líder comunitária, pescadora da Barra do Riacho e membro do Fórum, este foi um espaço de esperança:

O Fórum nasceu com uma luz no fim do túnel. Na hora do maior desespero, da angústia, nasceu o Fórum. O Fórum nasceu com um grupo de pessoas com o olhar voltado para os atingidos. É como uma mãe pegar o filho que caiu, que tropeçou. Quando uma mãe vê um filho que cai de uma pedra e se machuca, ela corre e socorre, não é isso? É assim que eu vejo o fórum: “eu to aqui, calma, vai dar tudo certo, nós vamos lutar por isso”. Que não deixou o filho chorar na hora da dor... Desde que o fórum apareceu na nossa vida a gente tem visto uma possibilidade de retomar a nossa dignidade, de rever o que aconteceu, o que foi destruído. A gente tem essa esperança no Fórum, nenhuma outra entidade, nenhum outro órgão se apresentou tão presente quanto ele. (J. L. pescadora atingida. Entrevista realizada em 6 de Julho de 2016).

Visto que as atuações das empresas rés são dinâmicas, a mobilização dos afetados necessita ser dinâmica também. Podemos pensar o conceito de *performance* para entender a atualização do repertório de ação coletiva ao longo do tempo (Tilly, 2008). Ou seja, na performatização de repertórios já antigos e conhecidos de cada um dos atores tradicionais e históricos que compõem o Fórum eles imprimem novos traços e características. Assim, eles carregam suas antigas formas de ações para as lutas pelo Rio Doce, mas ao fazerem isso, as transformam. As transformações decorrem das novas interações, onde se constitui uma rede inovadora de atores relacionados que combinam e aprendem estratégias de ação. Os opositores também precisam ser considerados nesse processo de mobilização. No caso em questão, para boa parte dos atores da sociedade civil os opositores eram novos, já que não se tratava simplesmente de confrontar o Estado, mas, sobretudo, de confrontar três grandes empresas privadas e transnacionais. Assim, as *performances* têm sua dinâmica ativada nas interações criativas

que se dão entre atores aliados e opositores e, em múltiplas arenas de confronto que se constituem em diversas escalas.

Além disso, desde o início é evidente nas estratégias do Fórum uma aproximação com atores, discursos e arenas jurídicas. Esta proximidade com o meio jurídico tem sido recorrente nos movimentos sociais na América Latina que são afetados pelo extrativismo, podendo em muitos casos se constituir em um repertório específico de ação coletiva (Losekann, 2016). Inclusive a incorporação de termos jurídicos no vocabulário dos atingidos tem se mostrado um aspecto marcante dessas lutas. No caso do Fórum, podemos dar destaque a proximidade com a Defensoria Pública do Espírito Santo, assim como destacar que a presença de muitos advogados contribui para o estabelecimento de um repertório de mobilização do direito (Losekann, 2013)⁴.

◆ A ESTRUTURAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO

Desde a primeira semana após o desastre, o FCDRD tem se reunido às segundas-feiras de manhã na Arquidiocese de Vitória. Essa necessidade de encontro semanal ocorre devido ao fluxo de acontecimentos e demandas que não cessam e tem que ser debatidos com urgência. Além disso, as experiências de alguns militantes sugerem que a demonstração de constância é fundamental para garantir a permanência do Fórum e valorizar a sua importância. Essa reunião semanal ocorre com um grupo de participantes e apoiadores com alguma variação a cada reunião.

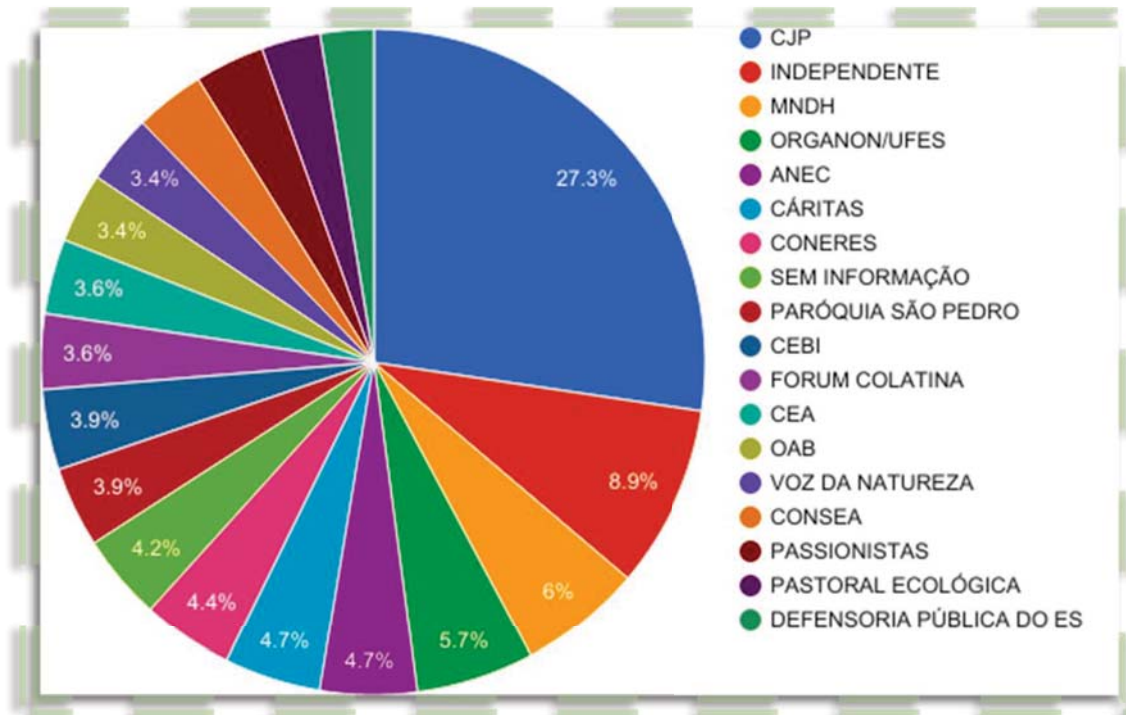
O apoio da igreja com recurso para o suporte de organização é fundamental. A arquidiocese cedeu o espaço para as reuniões e também empresta sua estrutura para a realização da secretaria do FCDRD. A secretaria acompanha, registra e guarda o material documental e outros setores da igreja, como a Cáritas, congregações específicas e paróquias dão suporte às ações, viabilizando apoio financeiro e de infraestrutura em geral. Mas, outras organizações são importantes e valorizadas pelo FCDRD. É o caso da Defensoria Pública do estado do ES que desde o início participa das reuniões e outras atividades, sobretudo, na assessoria e comunicação jurídica sobre o caso. A Universidade Federal do Espírito Santo também foi procurada para participar e tem

⁴ Este aspecto é complexo e será aprofundado em outras oportunidades. Cumpre dizer que a própria forma de atuação das empresas e governos têm determinado que os termos da reparação sejam exclusivamente jurídicos, o que por si só já abre uma arena de confrontação no terreno legal.

participado oficialmente das reuniões, assim como grupos de pesquisa e extensão independentes participam e apoiam as ações do FCDRD. São também importantes os sindicatos e o voluntarismo dos próprios membros para arrecadar dinheiro ou ajudar com alguma tarefa que seja necessária. Conforme se observa no gráfico 1 a CJP é a organização com maior número de presenças nas reuniões do FCDRD 27,3% (a coluna mais alta do gráfico 1), seguida de participantes independentes 8,9% e do Movimento Nacional de Direitos Humanos 6%.

Gráfico 1

Percentual de presença nas reuniões do FCDRD entre 16/11/2015 e 04/07/2016.⁵



Fonte: Realização própria a partir das listas de presenças do Fórum Capixaba em Defesa do rio Doce.

◆ A FORMAÇÃO DE FÓRUNS LOCAIS

Embora o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce se constitua na capital, Vitória, buscou trabalhar na articulação local nas diversas comunidades atingidas. Esse processo é interessante de observar, pois desde sua fundação é nítido o objetivo do Fórum de criar fóruns nas localidades atingidas e conceder-lhes o verdadeiro protagonismo da luta.

⁵ No anexo 1 é possível encontrar a listagem de todas as organizações e os significados das siglas.

No momento atual está acontecendo um rearranjo na estrutura do Fórum. Os atingidos dos fóruns locais passaram a assumir maior protagonismo em sua luta, assumindo os espaços antes ocupados pelos atores criadores ligados à CJP.

Inicialmente foram criados os seguintes fóruns locais: Baixo Guandu; Colatina (Fórum SOS rio Doce); Fórum Foz, que abarca Povoação, Regência, Entre Rios, Barra do Riacho e Vila do Riacho; Aracruz e o Norte Foz que passou a demandar a fundação de um Fórum local a partir do momento em que a pluma de rejeitos chega no mar da região. Este, reúne Pontal do Ipiranga, Barra Seca, Urussuquara, Barra Nova, Nativo, e o sul de São Mateus. O Fórum de Colatina surgiu, na verdade de forma independente do Fórum estadual e quase ao mesmo tempo (dia 25 de dezembro segundo informação coletada em entrevistas com seus fundadores). Aos poucos o Fórum de Colatina passa a integrar o FCDRD.

Segundo os membros criadores do Fórum, esse trabalho de coesão dos atingidos em uma entidade sólida e amarrada ao longo do rio Doce no Espírito Santo era o principal objetivo desde sua gênese:

Então fizemos esse movimento local, movimento regional, e internacional. Então nós temos exercido essa pressão que a gente não pode perder de vista. Perceber claramente quais têm sido os movimentos da empresa e do governo em direção aos atingidos, e se isso satisfaz ou não as necessidades, daquilo que o Fórum entende como fundamental a partir da voz daquelas pessoas. Então, não nos cabe aqui julgar aquilo que as pessoas, que são os atingidos, nos dizem. Então, essa é a voz do fórum. A voz do Fórum não é a voz dos laudos necessariamente colocados pela empresa, ou das afirmações do governo. A voz do Fórum é a voz da sociedade civil, com o olhar crítico, sem a instrumentalização, sem a cooptação. Uma voz dessas pessoas, que estão lá na ponta e que vão nos dizer se as suas necessidades estão sendo garantidas ou não. E acho que esse caráter do Fórum é que tem nos deixado com tanta força. Nós estamos falando a mesma língua daquelas pessoas, estamos apenas amplificando a voz daquelas pessoas. (B. T., CJP, entrevista realizada 2 de Agosto de 2016).

A organização em Fóruns locais foi importante, também, para tentar quebrar a estratégia das empresas de fragmentação comunitária, que busca enfraquecer a mobilização social. O objetivo era criar uma articulação que, nos mesmos moldes de outros processos de mobilização de afetados que ocorrem no país, consiga conectar os atingidos nos seus territórios com os centros urbanos maiores. Essa estratégia adotada serve para unir e criar um corpo integrado na defesa dos direitos dos atingidos ao longo de toda bacia do Doce.

Além disso, essa articulação conjunta com as diversas comunidades possibilita o intercâmbio dos atingidos com outras comunidades, o que é um enriquecimento enorme proporcionado pela troca de experiências e vivências entre os atingidos e pessoas que estão distantes dos territórios afetados. Essa troca garante o aprimoramento da mobilização nas comunidades, fortalecendo a luta. Nas palavras de uma liderança dos pescadores na região sul da foz:

Para eu falar para eles a realidade do que é esse crime, eu tenho que conhecer, eu tenho que participar, tenho que saber o que está acontecendo. E tenho que trazer para o Fórum o que está acontecendo lá. Já trouxe para o Fórum várias fotos, relatos, do que tá acontecendo na comunidade. Assim como falei antes, a gente vê, traz a demanda da nossa comunidade, e passa a ver a demanda das comunidades que estão atingidas. Passamos a ver que a mesma coisa que está acontecendo lá, acontece aqui, e percebemos que somos atingidos total, geral. Somos atingidos desde Mariana até Barra do Riacho, Barra do Sahy. Somos atingidos diretos. [...] Quando a gente vem para o Fórum, a gente não vê só nossa situação local, a gente vê a situação de todos os atingidos, de todas as comunidades. Porque no fórum tem representantes de todas as comunidades. Então a gente começa a igualar, entendeu? O que acontece com nós na Barra do Riacho, a situação de Regência, Povoação, Colatina, Baixo Guandu... então a gente vê que lá não é diferente daqui. (J.L., pescadora atingida, Entrevista realizada em 6 de Julho de 2016).

A partir da formação dos Fóruns locais percebeu-se também a necessidade da constituição de plenárias ampliadas onde todos os Fóruns estivessem reunidos. Essas plenárias aconteceram três vezes no ano de 2016 e foram espaços significativos para o debate do FCDRD como um todo, para discutir questões muito importantes que necessitavam da ponderação de todos os integrantes, como a organização para o Grito dos Excluídos. Ato grandioso que ocorreu em 7 de setembro de 2016 na cidade de Vitória. Foi um movimento histórico promovido pelas Dioceses no Estado para contrapor o desfile oficial do dia da Independência do Brasil e escancarar aos olhos do povo a realidade dos esquecidos. Cada ano é um tema diferente, o deste foi o desastre provocado pela Samarco.

Outras reuniões ampliadas também ocorreram quando foram programadas conversas com membros do poder público, tal como ocorreu com o diretor do IEMA, o Deputado Estadual Rafael Favatto (PEN), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo e o Deputado Federal Paulo Folleto (PSB).

Além dos encontros presenciais, todos se reúnem em um grupo no aplicativo de comunicação “Whatsapp”, onde a conversa é permanente, sempre com atualização dos acontecimentos nas comunidades atingidas, a partir de relatos, vídeos e fotos realizadas

pelos próprios atingidos, além da atualização de eventos e discussões. Já foram criados dois grupos no aplicativo, sendo o primeiro desativado em Julho de 2016 tendo em vista a suspeita de que algumas pessoas pudessem estar infiltradas com o objetivo de repassar informações à empresa ou ao governo do estado do ES. Isto ocorreu pelo tamanho que o próprio grupo atingiu. No novo grupo criado só foram adicionadas pessoas com regular participação e devidamente cadastradas.

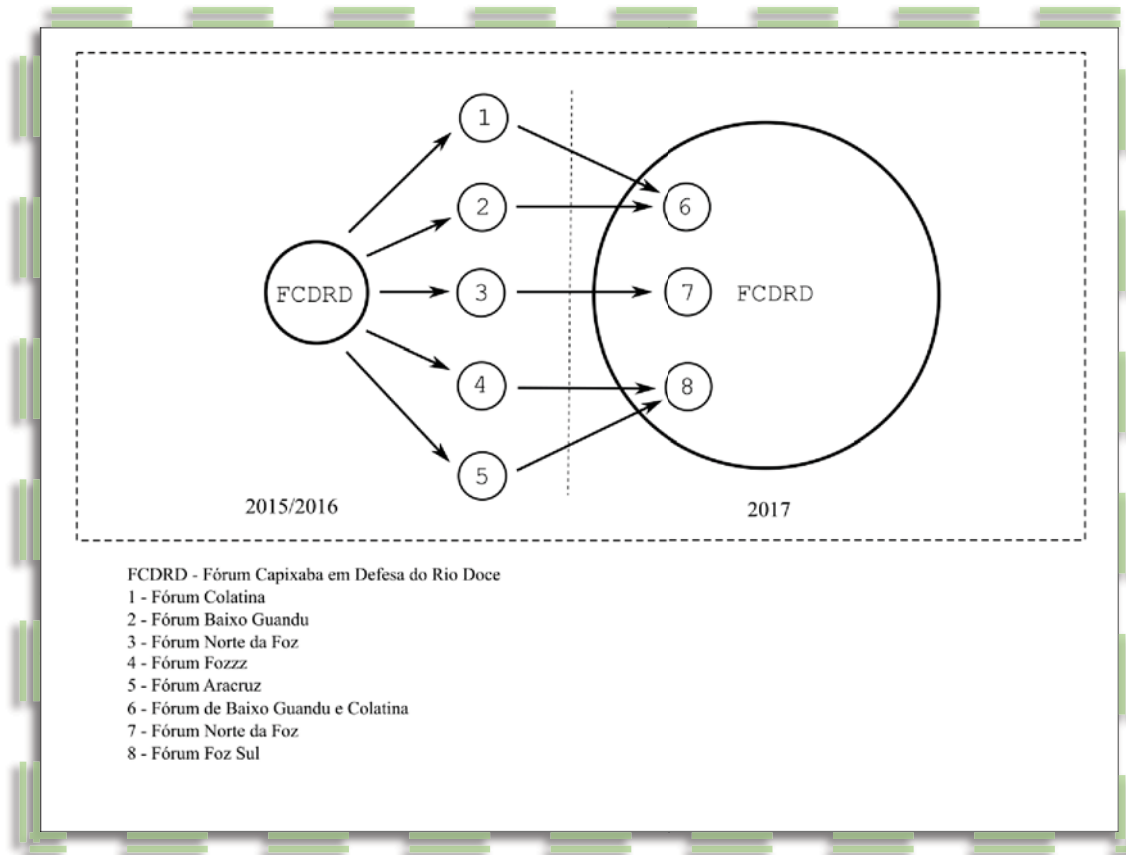
Foi pensada, também, a criação de uma articulação interestadual com Minas Gerais. A partir de uma reunião com o Dom Geraldo, bispo de Mariana, surgiu a proposta de criação do Fórum Permanente, que teve sua fundação em Governador Valadares durante a Caravana Territorial da Bacia do rio Doce, onde cerca de 150 pessoas percorreram toda a bacia atingida a partir de quatro diferentes rotas que no final se encontraram neste município. A partir deste compartilhamento a intenção foi a de unificar forças com outros movimentos mineiros e buscar essa articulação interestadual. No entanto, a articulação entre os estados não foi muito exitosa. Fato que é atribuído à distância e às disparidades de acesso tecnológico entre as pessoas. Por exemplo, muitos não sabem utilizar a ferramenta de comunicação online “Skype”. A dificuldade desta mobilização é resultado do tamanho do desastre e dos novos desafios que se colocam em termos de articulação da sociedade civil.

Assim, voltando-se mais aos territórios afetados pela lama no ES, o FCDRD iniciou em 2017 uma transformação na qual ele passa a se tornar (processo ainda em curso) uma instância central de assessoria dos Fóruns locais e de ligação dos territórios com atores nacionais e internacionais. No novo modelo, ainda em fase de implementação, a sua operacionalização passa a ser menos dependente da lógica da Igreja e da CJP na medida em que foi constituído um núcleo central composto por comissões de 4 pessoas de cada um dos Fóruns locais, aumentando o protagonismo dos atingidos. Os demais participantes do Fórum passariam a compor um Conselho consultivo com um protagonismo menor.

Os Fóruns locais também se reorganizaram da seguinte forma: Fórum de Baixo Guandu e Colatina, abarcando as cidades e comunidades atingidas nas proximidades dos dois municípios; Fórum Norte de Foz, pegando as comunidades de Linhares ao norte da Foz do Rio Doce e indo até São Mateus; e Fórum Foz Sul, que incorpora as comunidades de Linhares ao sul da foz do Rio doce e indo até a cidade de Aracruz. As transformações organizativas dos Fóruns estão representadas no gráfico abaixo:

Gráfico 2

Transformações da estrutura organizacional do FCDRD e dos fóruns locais.



◆ AS RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES ESTATAIS

Na visão dos membros do FCDRD, a articulação com a Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES), através da Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo (ADEPES), tem tido um saldo muito positivo. Eles deixam claro que existe por parte da DPES uma atuação no sentido de prestar assistência, de tornar as relações mais transparentes do que com as demais instituições, formando uma coalizão de ajuda mútua. Acreditam que a DPES têm enriquecido de maneira grandiosa a atuação do FCDRD, pois além de serem informados e convidados a participar das reuniões da Defensoria com as empresas, prestam auxílio jurídico aos atingidos, informando seus direitos e quais ações tomar, influenciando no empoderamento dos atingidos.

Essa relação também é visível nos estudos que o FCDRD promove a partir de seu núcleo jurídico sobre o acordo (TTAC) firmado com os governos da União, Minas Gerais e Espírito Santo. Neste sentido a DPES participa, auxiliando na interpretação do acordo e suas inconsistências legais. Na

visão do Fórum, este acordo tem 3 problemas mais centrais. Em primeiro lugar é a falta de participação. No segundo ponto é a questão financeira, 20 bilhões é absolutamente ineficiente. E o terceiro ponto é o fato de que os postos de comando da fundação estão centralizados nas próprias empresas criminosas. Em todos os postos de comando ela tem maioria e os atingidos estão presentes meramente nos conselhos consultivos, que *podem* ser consultados, ou seja, além de não ter caráter deliberativos, não necessariamente serão consultados. Enfim é como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro, ou o assassino para estabelecer sua própria pena, como ela vai ser e onde, nas palavras de membros do Fórum. Isso é algo para nós, impensável.

(V.N., CJP. Entrevista realizada 2 de agosto de 2016)

Além disso, a Defensoria tem ido ao encontro dos atingidos, às comunidades mais vulneráveis e conversado não somente com as lideranças, mas inclusive com as pessoas que não se sentem representadas por estas. Dessa forma promovendo uma educação jurídica destes atingidos, registrando as violações e buscando in loco suas demandas. Nas palavras de um membro do Fórum:

A Defensoria Pública, que é um grande parceiro nosso, tem tido uma atuação extraordinária. São 7 Defensores públicos destacados para acompanhar o núcleo do rio Doce e todos eles têm tido uma dedicação impressionante. [Eles] têm tido contato direto com os atingidos, por não poucas vezes na comunidades onde não há nada, posto de saúde, a escola é precária, quando há escola, e lá nessa comunidades esses defensores estavam lá, fazendo fila, ficando dias. Isso mostra não só seu empenho em suas obrigação institucional como órgão público, mas também seu empenho humanitário para com essas pessoas. Então a gente destaca muito a postura da Defensoria Pública do Espírito Santo, de forma elogiosa.

(V.N., CJP. Entrevista realizada 2 de agosto de 2016)

A percepção dos integrantes do FCDRD é de que o Ministério Público Federal fez inicialmente um bom trabalho na avaliação do Fórum, principalmente a partir da Ação Civil Pública de 155 bilhões de reais promovida contra a Samarco, Vale e BHP Billiton. Já o Ministério Público do Espírito Santo é percebido como apático na visão dos membros, com poucas atuações de real significância.

Do ponto de vista dos órgãos de fiscalização ambiental, com destaque ao IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), eles observam uma atuação bastante precária. Afirmam que não foram poucas as vezes que solicitaram documentos, ou pleitearam a fiscalização de determinados índices aferidos por laboratórios contratados pela Samarco, e não foram atendidos. Como também veem o não

comprometimento dos institutos com os atingidos, em parte, acreditam, pela complacência com a empresa.

A atuação dos governos tem pouquíssimas ressalvas positivas, salvando apenas o prefeito de Baixo Guandu, Neto Barros (PCdoB), que teve respostas iniciais firmes frente à Samarco, parando os trilhos e auxiliando nas movimentações dos atingidos. Além de participar de eventos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e diversos outros que ocorreram ao longo da bacia. Com essa exceção, as perspectivas são péssimas. Citam o governador do ES, Paulo Hartung (PMDB), e o governador de MG, Fernando Pimentel (PT), como completamente inexpressivos e dependentes das empresas. O ex-prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski (PT), na visão do FCDRD estava “absolutamente vendido” para a mineradora, aparecendo de maneira vergonhosa em rede pública tomando a água “tratada” pela central de tratamento de esgoto do município. Dessa forma colaborando para o fim do abastecimento de água mineral por parte da Samarco e, como consequência, a possível contaminação da população vulnerável.

Inclusive a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) não ficou de fora das críticas. Para o FCDRD ela não tomou medida alguma frente ao crime socioambiental. Nesse ponto é ainda destacado não apenas a omissão de suas responsabilidades legais frente ao crime, mas de sua pactuação, junto aos governos estaduais, com as empresas réis. Como é exposto por um membro do Fórum:

Não temos um problema só de omissão, temos um problema de pactuação direta com os responsáveis. O Acordo na nossa avaliação, assinado entre o governo e as empresas criminosas, demonstra de forma cabal que se trata de um pacto de legitimação das empresas criminosas e de subordinação dos interesses dos atingidos.
(V. N., CJP, Entrevista realizada 2 de agosto de 2016)

◆ ESTRATÉGIAS MULTIESCALARES

Com o decorrer do tempo e das experiências adquiridas com o processo, o FCDRD passou a entender a necessidade levar o caso para instâncias internacionais. Assim, os questionamentos gerados nas localidades e pelo próprio Fórum foram levados à grandes ONGs como a Conectas Direitos Humanos, antiga parceira da Comissão de

Justiça e Paz. Parceria que, antes do desastre, havia levado à Reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra em 15 de março de 2010, a denúncia das “masmorras capixabas”⁶.

Essa estratégia de levar demandas nacionais para instâncias internacionais, buscando obter ganhos com a pressão exercida sobre as empresas e os governos, faz parte de um repertório utilizado por diversos movimentos que atuam em questões ambientais e tem sido uma estratégia muito empregada por mobilizações de afetados na América Latina nas últimas décadas (Losekann, 2013). Essas mobilizações surgem em um contexto de crescimento do extrativismo mineral na região e o consequente agravamento dos conflitos minerários (Milanez e Losekann, 2016). As mobilizações em contraposição ao modelo extrativista têm como uma de suas características a internacionalização das reivindicações.

Stuart Kirsch ao estudar o caso da mina OK Tedi em Papua Nova Guiné, a qual também foi considerada como causadora de um desastre por contaminar o rio da região com rejeitos de mineração, chamou as estratégias políticas de confronto à mina de “políticas do espaço”. Esta forma de ação usou como estratégia a conexão entre múltiplos atores de variadas localidades, formando “redes que conectaram indivíduos, comunidades, ONGs, técnicos, advogados etc.”⁷ (Kirsch, 2014: 188). O autor sugere que tais políticas são especialmente efetivas pois lidam com um opositor que envolve corporações transnacionais, vulneráveis às pressões do mercado internacional. Contudo, o autor também observa o limite destas políticas apontando para a necessidade de que as redes de contestação se formem em termos temporais e não apenas espaciais (ele chama de políticas do tempo). Nesse sentido, o foco principal não deveria ser apenas empreendimentos nos quais os danos já foram provocados, mas a tentativa de influenciar novos projetos de mineração que possam gerar danos semelhantes.

Na percepção dos membros do Fórum era evidente a necessidade de internacionalização da luta, principalmente por se tratarem de empresas transnacionais que estão entre as maiores mineradoras do mundo. Portanto, a estratégia multiescalar consiste em manter um diálogo com o território afetado, sendo um espaço de articulação junto aos próprios atingidos e ao mesmo tempo buscar parcerias com as entidades nacionais de direitos humanos e movimento sociais, tal como o MAB

⁶ Mostraram fotos e relatos de maus tratos, torturas, omissão do poder público e inclusive pactuação do mesmo com o crime, tornando o Sistema Prisional uma garantia de corrupção e de crimes de mando.

⁷ Tradução nossa.

(Movimento dos Atingidos por Barragens) criando redes que cheguem às instâncias internacionais.

◆ CAMINHOS INICIAIS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PAUTA

Como já mencionamos, o FCDRD logo que se constitui inicia tentativas de internacionalização da pauta do desastre. Buscando levar as denúncias produzidas no ES para organismos internacionais. Assim, estava programada para dezembro de 2015 uma visita ao Brasil do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra’ad Zeid Al-Husseini, que iria à uma solenidade em Brasília. Sabendo disso, o FCDRC articulou-se com as entidades parceiras para tentar um momento com o Alto Comissário, o que foi aprovado. A audiência foi conquistada e dentre os diversos temas que seriam tratados foi incluída a questão do rio Doce. Nesse momento o Fórum esteve representado, podendo falar e entregar um documento com seu primeiro relatório, dando início, assim, à internacionalização da luta.

Logo em seguida, entre os dias 7 e 16 de dezembro de 2015, veio ao Brasil o Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Durante a visita o Grupo de Trabalho da ONU escutou testemunhos de comunidades que foram afetadas por atividades de empresas. Mas, como a pauta estava fechada antes do crime acontecer nos temas da construção da Usina de Belo Monte e projetos de construção relacionados aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, o tema do desastre do rio Doce ficou ausente. O caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, só veio a ser ouvido a partir da pressão articulada pelo FCDRD junto às ONGs Justiça Global e Conectas, os quais realizaram outro abaixo assinado. Com isso, o Grupo de Trabalho da ONU adicionou a sua agenda a necessidade de realizar um encontro em Belo Horizonte e em Mariana, dando voz aos atingidos pelo crime da Samarco. Com o FCDRD incluído na agenda, foi possível entregar novamente outro relatório de impacto socioambiental, além de ir pessoalmente para a reunião e denunciar, a partir da perspectiva dos próprios atingidos, a dimensão das violações que este crime acarretou. Após a visita oficial do Grupo de Trabalho da ONU, foi publicado um relatório sobre o país, que foi apresentado na 32ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

Depois disso, foi realizado um pedido junto com a Conectas à Organização dos Estados Americanos (OEA) para participação na audiência da Comissão de Direitos Humanos, que ocorreu em Washington, no mês de abril de 2016. Este pedido foi negado, pois a OEA entendeu que estava muito em cima da hora e a pauta estava fechada. Mas, foi decidida, a realização de um evento paralelo pressionando não só os responsáveis pela violação dos direitos humanos, como os membros da própria comissão. Aproveitando que eles estavam reunidos, foi realizado um evento no mesmo hotel onde estava ocorrendo a audiência. Essa tática fez com que chegassem aos ouvidos dos relatores que uma reunião sobre o desastre da Samarco estava ocorrendo. O relator sobre resíduos tóxicos da OEA ouviu um membro do FCDRD, que conversou com o mesmo depois do evento e lhe entregou todo material de denúncia produzido pelo Fórum e trazido por ele.

Isso foi de extrema importância, pois repercutiu para outros membros da OEA. A partir de então foi feito outro pedido a OEA e o FCDRD e outros grupos que lutam pelos atingidos foram convidados para participarem da audiência que ocorreu na cidade de Santiago, no Chile, no mês de junho. Além de conseguirem a audiência, puderam fazer contato com a *Human Right Watch* e com diversas ONGs internacionais de direitos humanos. Com esse contato foi possível visualizar o *lobby* internacional que as empresas rés estavam realizando e mostrar a perspectiva dos afetados. O relatório apresentado ganhou grande repercussão internacional e chegou até algumas das redes e institutos que acompanham a situação da mineração no mundo, como é o caso da Bowker Associates Science & Research In The Public Interest nos Estados Unidos.

Na Audiência da OEA sobre Direitos Humanos, que ocorreu em Santiago dia 8 de junho, junto a mais 19 entidades para denunciar o crime, foi possível ao Fórum enviar uma representante, desta vez uma jovem mulher, nascida e criada em Regênciã, filha e neta de pescador. Vale ressaltar que foi um esforço coletivo por membros do Fórum para conseguir comprar as passagens e arranjar alojamento para ela. Como eles não possuíam verba, foi feita uma “vaquinha” para arrecadar dinheiro da passagem e um pedido a uma moradora de Santiago, amiga de um dos parceiros da Arquidiocese de Vitória, para que a acolhesse.

Ela falou das vivências e as violências as quais sua comunidade foi, e está sendo, submetida desde a chegada da lama em sua região, sensibilizou a Corte e, inclusive, foi convidada para falar na Bolívia e em outros países. Na visão dos membros do Fórum foi

esse acontecimento o principal fator que serviu para pressionar o governo brasileiro e desta forma conseguir a suspensão da homologação do acordo⁸.

◆ A CONSOLIDAÇÃO DO FCDRD EM ÂMBITO ESTADUAL - A AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ES

Com a chamada oficial “Crime ambiental da Samarco e as consequências para o Rio Doce e os atingidos” foi realizada no dia 29 de junho de 2016, no Plenário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), a primeira audiência pública, solicitada pelo FCDRD, para tratar o desastre. Esta aconteceu devido a um esforço e pressão feito pelo Fórum à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Estadual Rafael Favatto (PEN). Vale ressaltar que somente depois de passados 7 meses do desastre que a ALES abriu espaço para essa discussão com os atingidos.

Mesmo após duas reuniões na comissão e montado um plano junto com a mesma para decidir como seria a audiência, o FCDRD recebeu uma surpresa. Toda a organização havia sido desfeita. Subitamente a fala do Fórum foi trocada, seria depois do representante da Samarco, e foi colocada antes da empresa. Além disso foi retirado o tempo para participação popular, para que os atingidos falassem. Como um golpe de completa pactuação com as empresas, a organização da audiência foi alterada beneficiando a posição da empresa Samarco. Para reverter o processo foi necessário que a Defensoria Pública do Espírito Santo elaborasse um ofício, onde relataram que, a partir do regimento da própria Assembleia Legislativa, aquele formato estava ilegal e, portanto, deveria ser refeito.

A fala do FCDRD continuou antes da Samarco, porém foi restabelecido o tempo de fala dos afetados e a audiência pode ocorrer. O Fórum conseguiu, por meio das entidades que o compõe, trazer três ônibus cheios com atingidos do Espírito Santo. A Assembleia Legislativa estava lotada, haviam centenas de pessoas, muitas seguravam cartazes com frases: “Não há acordo com esse acordo!”, “Não foi acidente!”, “A culpa é da Samarco!”, “Eu sou o Rio Doce”, “Quanto VALE a vida?”, “Esse Acordo não nos representa!”, “Diga não a impunidade!”, “Samarco assassina!”, dentre outros. Foi um espaço bastante importante na avaliação dos membros, onde os atingidos puderam

⁸ Embora o acordo não tenha sido homologado, por se tratar de um instrumento extrajudicial ele continuou sendo executado pelas partes interessadas (empresas e governos).

falar diretamente para os seus representantes formais, mostrando que sabem muito bem o que está acontecendo e que querem seus direitos garantidos.

Fotografia 1

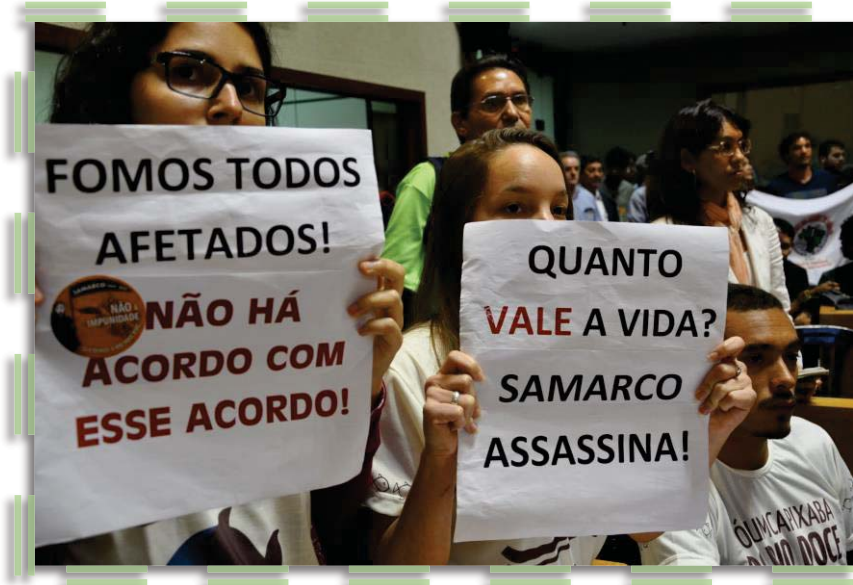


Foto de Thaís Henriques Dias

Este foi um dia muito festejado e considerado um verdadeiro marco para o Fórum. O FCDRD conseguiu reunir os amplos setores atingidos no mesmo lugar, um espaço institucional da política. As pessoas se olharam, se expressaram e se conheceram. A empresa foi incapaz de responder às questões colocadas pelos atingidos. Além de ter ficado muito clara a posição das empresas e do governo do Estado sobre a questão. Foi solicitada a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Porém, passados 1 ano e 7 meses, a casa ainda não abriu a comissão. Na fala de um dos membros:

Os governos, e ressalto, o subprocurador do Estado do ES se portou nessa audiência pública, não como procurador do Estado do Espírito Santo, que é sua função pública, mas como advogado do senhor Governador e das empresas criminosas. O que é lamentável, a utilização de forma privada de um aparelho público. Não conseguiu sustentar de forma alguma a justiça e legalidade do acordo, inclusive estou afirmando que eles servem aos interesses espúrios de determinados grupos políticos e econômicos, não daquilo que é interesse dos atingidos e do povo capixaba como um todo. Ficou bastante explícito o pouco compromisso dos deputados do estado do Espírito Santo com a vida dos atingidos. (V.N., CJP. Entrevista realizada 2 de agosto de 2016).

Fotografia 2



Foto de Thaís Henriques Dias

◆ CONCLUSÃO

Antes mesmo do desastre da Samarco já existiam mobilizações de afetados por grandes empreendimentos de mineração no Espírito Santo e após a ocorrência do desastre o processo político de contestação se ampliou. Com a formação do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce nós observamos uma ampliação das lutas dos afetados por empreendimentos de grande impacto socioambiental, sobretudo pela conquista de novos apoiadores. Nesse sentido, importantes organizações que já militavam há muito tempo em outras causas passaram a se sensibilizar pelas lutas que reivindicam direitos dos atingidos.

Nesse processo de reivindicações ligadas ao desastre da Samarco, o FCDRD tem tido um protagonismo destacado como foi apresentado neste trabalho. A conexão entre os territórios afetados mais distantes com os centros urbanos, nacionais e internacionais, tem sustentado as resistências e fortalecido a defesa dos direitos ameaçados ou violados. É na diversidade dos atores envolvidos, com suas diferentes histórias de militância que reside a grande relevância do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce. Cada um foi de uma forma ou outra afetado pelo crime socioambiental da Samarco.

Neste artigo buscamos descrever e analisar a constituição do FCDRD. Contudo, cumpre dizer, que a análise do protagonismo do Fórum não esgota todas as formas de mobilização que surgiram desde o desastre no Rio Doce. Outros atores e arranjos precisam ainda ser identificados e descritos para narrar o processo de mobilização como um todo no Espírito Santo. A presença e atuação do MAB é um capítulo à parte em termos de relevância neste processo, assim como as recentes iniciativas de formação de Comissões de Atingidos que em grande parte coincidem com os desenhos territoriais dos Fóruns locais.

Conforme alertamos na introdução, trata-se de um processo em construção e por isso as descrições são fundamentais, como partes de um quebra-cabeças que demandará tempo para ser completado, sobretudo, pois as peças ainda estão se formando. Quiçá, tal como sugere Kirsch, o desenho deste quebra-cabeças, quando completo nos releve políticas do tempo para além do espaço e, assim, não tenhamos que assistir desastres de mineração novamente.

◆ REFERÊNCIAS

- ❖ LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Ago 2016, no.20, p.121-164.
- ❖ LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *Dados*, Jun 2013, vol.56, no.2, p.311-349.
- ❖ KIRSCH, Stuart. *Mining Capitalism: The Relationship between Corporations and Their Critics*. University of California Press, 2014.
- ❖ MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press , 2001.
- ❖ MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Considerações finais: desafios para o Rio Doce e para o debate sobre o modelo mineral brasileiro. IN: MILANEZ, Bruno e LOSEKANN, Cristiana, *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro, Folio Digital, 2016.
- ❖ TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. London, Paradigm Publishers. 2007.
- ❖ TILLY, Charles. (2008), *Contentious Performances*. New York, Cambridge University Press.

◆ ANEXO 1 - MANIFESTO DE CRIAÇÃO DO FÓRUM CAPIXABA DE ENTIDADES EM DEFESA DO RIO DOCE

- ❖ **CONSTERNADAS** com a dimensão da tragédia socioambiental que se abateu sobre a Bacia do Rio Doce a partir do rompimento das barragens com 60 milhões de m³ de resíduos de mineração da Empresa SAMARCO (Vale e BHP Billiton) no município de Mariana-MG;
- ❖ **SOLIDÁRIAS** com as famílias dos mortos e desaparecidos; com as 651 pessoas desabrigadas; com as populações ribeirinhas ao Rio Doce; ao Povo Indígena Krenak; e todas as cerca de 800 mil pessoas atingidas direta ou indiretamente pela lama despejada;
- ❖ **INDIGNADAS** com as informações divulgadas pela Procuradoria Geral da República segundo as quais a barragem estava sobrecarregada, tendo havido, possivelmente, negligência e omissão da empresa SAMARCO (Vale e BHP Billiton) e dos órgãos públicos competentes;
- ❖ **APREENSIVAS** com os impactos socioambientais que já são sentidos pela desertificação do solo, pela destruição da biodiversidade fluvial e da mata ciliar, pela possível extinção de espécies, pela toxicidade da água utilizada por milhares de seres humanos, pela chegada da lama até à Foz no Oceano Atlântico e pelo risco real de rompimento da barragem de Germano e Santarém, ainda maior do que a de Fundão;
- ❖ **SABEDORAS** de que este desastre ambiental é fruto do modelo equivocado de desenvolvimento econômico que privilegia sobremaneira o interesse privado em detrimento do interesse público, da distribuição de riqueza e da preservação socioambiental;
- ❖ **CONSCIENTES** do papel a ser desempenhado pela sociedade civil na cobrança de providências efetivas e urgentes por parte da SAMARCO (Vale e BHP Billiton); no controle social das ações do Estado no sentido de responsabilização dos culpados; e no monitoramento permanente das ações a serem realizadas para mitigar os danos deste desastre e impedir que novos ocorram;
- ❖ As entidades abaixo assinadas, e outras que vieram a aderir a este manifesto, reunidas no dia 16 de novembro de 2015, decidem por constituir o **FÓRUM CAPIXABA DE ENTIDADES EM DEFESA DA BACIA DO RIO DOCE** como sendo um espaço plural, democrático e permanente de luta pela vida, pela água e pela Terra!
- ❖ Atuaremos no controle das ações da empresa SAMARCO (Vale e BHP Billiton) para mitigação dos danos; no monitoramento das ações de responsabilização; na cobrança da adoção de medidas capazes de prevenir novos desastres como este; e na articulação regional, nacional e internacional para que essa tragédia não seja apenas mais uma na história brasileira.

- ❖ 1 – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória – CJP/ES
- ❖ 2 – Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Regional Espírito Santo) – CONIC/ES
- ❖ 3 – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ES
- ❖ 4 – Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH/ES
- ❖ 5 – Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH/ES
- ❖ 6 – Fórum Estadual da Juventude Negra – FEJUNES
- ❖ 7 – Associação Cultura Capixaba – CUCA
- ❖ 8 – Sociedade Colatinense de Direitos Humanos
- ❖ 9 – Associação Amigos da Praia de Camburi – AAPC
- ❖ 10 – Pastoral Ecológica da Arquidiocese de Vitória
- ❖ 11 – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra
- ❖ 12 – Centro de Apoio aos Direitos Humanos – CADH
- ❖ 13 – Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo
- ❖ 14 – Cáritas Brasileira – Regional Espírito Santo
- ❖ 15 – Fórum das Pastorais Sociais da Arquidiocese de Vitória
- ❖ 16 – Central dos Trabalhadores Brasileiros – CTB/ES
- ❖ 17 – Paróquia São Pedro Apóstolo – Nova Palestina
- ❖ 18 – Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB/ES
- ❖ 19 – Irmãs Missionárias Agostinianas Recoletas
- ❖ 20 – Conselho de Ensino Religioso do Espírito Santo – CONERES
- ❖ 21 – Associação Nacional das Escolas Católicas – ANEC
- ❖ 22 – Instituto ELIMU Professor Cleber Maciel
- ❖ 23 – Associação Grupo Cultural Agentes de Pastoral Negros do Brasil
- ❖ 24 – Associação Grupo Cultural Modjumba-axé
- ❖ 25 – Movimento Pró-Rio Doce
- ❖ 26 - ONG Ciclo Vidas - Colatina/ES
- ❖ 27 – Mulheres Negras de Colatina/ES
- ❖ 28 – Comissão das Vítimas da chuva 2013 - Bairro Carlos Germano Nauman (Colatina)
- ❖ 29 – Comissão das Vítimas da chuva 2013 - Bairro São Marcos (Colatina)
- ❖ 30 – Sindicato dos Servidores Públicos de Baixo Guandu
- ❖ 31 – Sindicato Unificado da Orla Portuária - SUPORT

- ❖ 32 – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
- ❖ 33 – União Geral dos Trabalhadores – UGT/ES
- ❖ 34 – Grupo de Pesquisa Direito, Sociedade e Cultura da Faculdade de Direito de Vitória (FDV)
- ❖ 35 – Comissão Quilombola Sapê do Norte
- ❖ 36 – Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 17ª Região
- ❖ 37 – Transparência Capixaba
- ❖ 38 – Associação de Mulheres Unidas da Serra – AMUS;
- ❖ 39 – Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo;
- ❖ 40 – União Brasileira de Mulheres - UBM/ES;
- ❖ 41 – Fórum Memória, Verdade e Justiça - ES
- ❖ 42 – Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente no Estado do ES - SINDAEMA.
- ❖ 43 – União da Juventude Socialista - UJS
- ❖ 44 – Casa da América Latina "Liberdade e Solidariedade" - CALLES
- ❖ 45 – Núcleo Capixaba do Barão do Itararé
- ❖ 46 – Movimento de Pequenos Agricultores do Brasil - MPA
- ❖ 47 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
- ❖ 48 – Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais no Estado do ES. ASSOJAFES -
- ❖ 49 – Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Espírito Santo – SENALBA;
- ❖ 50 – Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares no Estado do ES - FAMOPES
- ❖ 51 – Comissão Pastoral da Terra – CPT/ES
- ❖ 52 – Diretório Central dos Estudantes – DCE/UFES
- ❖ 53 – Associação de Pós-Graduandos APG/UFES
- ❖ 54 – Central Única dos Trabalhadores – CUT/ES
- ❖ 55 – Federação dos Trabalhadores em Administração do Serviço Público do ES - FETAM-ES
- ❖ 56 – Brigadas Populares
- ❖ 57 – Associação de Guardas Municipais do Norte e noroeste do Espírito Santo
- ❖ 58 – Associação dos Usuários de Transporte Público do Município de Linhares

- ❖ 59 – Movimento Tarifa Zero do Município de Linhares
- ❖ 60 – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Linhares
- ❖ 61 – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE
- ❖ 62 – Federação das Associações de Pescadores do Espírito Santo
- ❖ 63 – Conselho Sacerdotal de Religiões de Matrizes Africana e Ameríndia – CONSERMAES
- ❖ 64 – Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo – SINDIJORNALISTAS
- ❖ 65 – Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo – SINDIPETRO/ES
- ❖ 66 – Associação Nacional de Auditores Fiscais de Atividades Urbanas – ANAFISC
- ❖ 67 – JUNTOS SOS ES Ambiental
- ❖ 68 – Instituto Portas Abertas – IPA
- ❖ 69 – Instituto de Águas e Meio Ambiente do Brasil – IAMAM Brasil
- ❖ 70 – Presbitério de Vitória – PVTR/IPU
- ❖ 71 – Conselho Latino-americano de Igrejas – Regional Brasil
- ❖ 72 – Associação de Moradores de Regência – AMOR